

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luiz Fria
 DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila
 SUPERINTENDENTES: Carlos Fomes de Leon e Judith Brito
 CONSELHO EDITORIAL: Fernanda Blumant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
 DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Faria
 DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonacini (finanças, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Ato político não deve intimidar investigação

Bolsonaro comprova sua popularidade na Paulista, o que não é obstáculo para apuração criteriosa e equilibrada de supostas tratativas golpistas

São raros os líderes políticos capazes de mobilizar multidões, mesmo no auge de seu prestígio. Jair Bolsonaro (PL) o fez estando inelutável, por um ato infame de difamação do sistema eleitoral do país, e sob investigação por golpismo. Chama a atenção, de fato, o comparecimento de milhares à manifestação de apoio ao ex-presidente realizada no domingo (25), na avenida Paulista, que resultou nas desejadas e inevitáveis imagens da aglomeração de camisas amarelas e bandeiras nacionais.

Bolsonaro conta com a adesão convicta de um quarto dos brasileiros, não muito distante dos 32% que, segundo o Datafolha, depositam sua plena confiança no petismo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os índices de identificação com os dois polos ideológicos se mantêm quase inalterados desde as eleições de 2022 — o que é mais digno de nota no caso do perdedor.

Reforça-se a hipótese de resiliência da direita popular e populista que ascendeu no Brasil e no mundo, com franjas radicais tendendo não poucas vezes à truculência e ao autoritarismo. Em dezembro, apenas 8% dos eleitores de Bolsonaro, apoiado pelo poder por margem mínima de votos, diziam-se arrependidos da escolha. Tão pouco apoio eleitoral explica a presença de autoridades tentantes no palanque da Paulista. Governadores como Tarcísio de Frei-

tas (Republicanos), de São Paulo, e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, embora distantes da pregação bolsonarista contra as instituições, são candidatos a herdeiros do apoio ao líder carismático. Com a mostra de força política, o ex-mandatário pretende, mesmo com retórica estrategicamente contida, intimidar a operação judicial e policial que hoje investiga a extensão de suas ramificações golpistas no Planalto. Nesse intento, não pode nem deve ter sucesso. Há indícios graves de que um grupo de auxiliares civis e militares tramou subverter a iminente derrota eleitoral do chefe em 2022. No ato público, Bolsonaro desqualifica as suspeitas em torno de uma minuta de decreto de estado de defesa. A existência de um documento do gênero foi revelada pela Folha em janeiro do ano passado.

Se supostas tratativas como essas avançaram a ponto de configurar uma tentativa criminosa de abolição do Estado de Direito, é caso para ser decidido a partir de apuração sólida e rigorosa e o devido processo legal, que deveria ter a Procuradoria-Geral da República como parte acusadora, se houver elementos para tanto, e o Supremo Tribunal Federal como julgador imparcial.

As investigações precisam prosseguir — com equilíbrio, sim, mas sem nenhum temor.

Sete Brasil naufraga

Pedido de falência da empresa é alerta para novas iniciativas petistas nos setores naval e petrolífero

Em recuperação judicial desde 2016, a Sete Brasil pediu falência à Justiça, deixando pelo caminho um rastro de dívidas, má gestão e escândalos de corrupção.

Fundada em 2010 como um consórcio de grandes acionistas privados, fundos de pensão e a Petrobras, no auge da megalomania petista com a descoberta do pré-sal, a empresa deveria gerenciar a compra e a operação de sondas para exploração de novas áreas. Contudo nem sequer chegou perto de seu plano de fornecer 28 despois equipamentos para a petro-

leiros anos por denúncias de propinas e subreptícios. Com os atrasos no fornecimento e o impacto da Operação Lava Jato, a Petrobras não manteve os contratos, e apenas quatro sondas entraram em operação, parte infima do projeto original. O imbróglio gerou dívidas de R\$ 11 bilhões com bancos e investidores, além de processos contra executivos acusados de corrupção. Durante o processo de recuperação judicial, a Sete Brasil tentou vender as quatro sondas para a Pe-

trobras por cerca de R\$ 1 bilhão e, assim, antecipar pagamentos aos credores — que não passariam de uma fração do montante devido. Agora, com o pedido de falência, essas negociações são frustradas, e as chances de chegar a uma solução são ainda mais remotas. O que se observa é a agonia de um projeto que já nasceu em meio a conflitos de interesse e vícios de governança que contaminaram todos os entes que dele participaram, fossem privados ou públicos. O apressado que deveria ficar do episódio, assim como de outras empreitadas nos setores naval e petrolífero, é de ceticismo. Não é fácil tirar do papel projetos complexos para setores altamente intensivos em capital, e o governo federal já entrou bilhões em pelo menos três iniciativas similares.

Num momento em que o Planalto e BNDES ensaiam novas aventuras na área naval, declarando levar em conta os erros do passado, o esqueleto da Sete Brasil e de esteleiros fracassados devem servir como lembrança dos riscos que esse tipo de política ensejam para os contribuintes.



Trajetórias paralelas

Hélio Schwartzman

Donald Trump e Jair Bolsonaro integram a leva de políticos da direita antissistema que vem asombroando o mundo. Ambos foram eleitos presidentes e, ao fim de seus mandatos, após sofrer derrota nas urnas, embarcaram numa aventura golpista, pela qual tentaram subverter a ordem constitucional. Não obstante o desrespeito prestado a seus países, seguem na condição de líderes populares.

As semelhanças acabam aqui. Trump já tem praticamente assegurada a indicação dos republicanos para disputar mais uma vez a Presidência em novembro. São reais suas chances de ganhar. Mesmo que venha a ser condenado e preso por alguns dos muitos processos a que responde, poderia em tese comandar os EUA da cela de uma cadeia. Bolsonaro também está emulado com a polícia. Mas, qualquer que seja o desfecho dos inquéritos, a Justiça Eleitoral já decidiu que, por abusos cometidos na campanha de 2022, ele perdeu o direito de concorrer em eleições até 2035. Com isso,

Bolsonaro fica limitado a convocar manifestações como a de domingo (25) e tentar influir em pleitos, apoiando ou rebaixando candidatos de seu campo político.

Não sou um entusiasta do Judiciário brasileiro, que é moroso, incoerente e elitista, mas, neste caso, acho que nos saímos melhor que os americanos. A pena óbvia para quem tenta excluir a democracia do ordenamento institucional é ver-se excluído do processo democrático, sem prejuízo de outros sanções. Isso a Justiça Eleitoral entregou de forma expedita e juridicamente fundamentada. Até existem situações em que faz sentido passar a borracha sobre o passado para pacificar um país, como sugeria Bolsonaro em seu discurso de domingo. Não penso, porém, que estejamos diante de uma delas. A tentativa de acabar com a democracia é um delito grave demais para não gerar consequências. Já cometemos esse erro antes, quando a Lei de Anistia permitiu que os militares não respondessem por seus crimes. hschwartz@uol.com.br

Agora é tarde

Dora Kramer

A necessidade pautou a prudência convocada por Jair Bolsonaro (PL) a seus admiradores no domingo (25) na avenida Paulista. Conduziu também o discurso dele, desprovido dos achacados autoritários de quando era protegido por imunidade e poderio presidenciais, e ainda estava razoavelmente longe do alçance da Justiça.

Talvez o ex-presidente não tenha se dado conta de que cometeu um ato falho. O apego ocasional à seriedade contém evidência de que estava mesmo mal-intencionado quando o silêncio por 40 dias após a derrota para Luiz Inácio da Silva (PT) e depois fugiu para os Estados Unidos no aguardo dos acontecimentos urdidos aqui por seus comparsas de conspiração golpista.

Foi atendido pelos milhares de apoiadores que foram ao ato. Por analogia, teria sido atendido se tivesse exercitado a massa de manobra enfiada nas portas de quartéis — notadamente aquela acampada na frente do QG em Brasília — a voltar para casa, aceitar a resul-

tado das urnas e se preparar para a disputa eleitoral seguinte.

O deslombado seleto desnuda as intenções anteriores. Mas não só. Mostra como são escassos os instrumentos de reação em busca de proteção. Na real, resumido a apenas um fotografado a multidão que não aliava em milímetros as aguras judiciais de Bolsonaro e companhia.

O chameamento à mobilização por anista aos selvagens de 8 de janeiro (e por extensão a ele que, assim, se inclui na roda dos reclamantes petistas) não tem a menor chance de prosperar. Não terá apoio na sociedade: se tivesse, não passaria pelo Congresso; se passasse, moraria no Supremo Tribunal Federal. Além disso, o alívio do bolsonarismo raiz é a agressividade. A exacerbação de ânimos é o seu motor, que perde tração quando chamado à moderação — que precisaria ser duradoura se o capitão da tropa não quisesse complicar mais e alargar a política que só subiram no trio elétrico porque a promessa era de fogo baixo.

Jaguar e a invenção de Ipanema

Alvaro Costa e Silva

Em 2026, quando retornar ao Rio depois de 28 anos de exílio em Londres, Ivan Lessa encontrou Jaguar no Bracarense, o boteco do Leblon. Em respeito, trocou a água de coco por um chape no pressão. Não foi bem aquela história de que, em se tratando de velhos amigos, não importa o tempo nem a distância, a intimidade se impõe imediatamente. Ao revê-lo, Jaguar ficou catatônico por dez minutos. Aos poucos o gelo derreteu, e eles se entenderam em meio às brumas do passado: a melhor pedida era a empada de carne-seca com catupiry.

Os dois se conheceram na revista *Sempre*, com Ivan bulando no aced das cartuns de Jaguar. Juntos toparam um frida publicitário, o lançamento de uma marca de cerveja, e fizeram, a partir de 1968, o melhor retrato artístico de Ipanema: a história em quadrinhos "Os Chapuins" (gozados com os beatniks), lançada no *Jornal do Brasil* e no *Globo* simultaneamente.

Nela surge pela primeira vez o ra-

tiño neurótico Sigmund, que mais tarde, com o nome abreviado para Sig, virou o símbolo do Psiquismo. Era inspirado no hamster de estimação do boêmio Hugo Bidet. O bicho acompanhava o dono nas farra e era chamado de... Ivan Lessa.

Nas tirinhas Bidet se transforma no Capitão Ipanema, com superpoderes limitados ao bairro, em luta contra o vilão Dr. Carlinhos Bolcan (mistura do croista Carlinhos Oliveira e do próprio Jaguar). Da depressiva Tânia da Fossa, antítese da garota de Ipanema, só conhecemos a voz nos balões que saem de dentro de um buraco.

No Bracarense, Jaguar teve a certeza de que era a última vez que via o parceiro. Nesta quinta (25), o cartunista da Folha completa 40 anos. Pena que Ivan, morto em 2012, não poderá telefonar de Londres, como fazia nos tempos da Telerj, com o alívio de sempre caindo no número errado, e ouvir do outro lado da linha: "aquela história de família! Não tem nenhum Jaguar aqui, não, cacete!"

Contracultura gospel

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Fera de Deus" e autor do Observatório Evangélico e do site de comentários Neoterra

Nem a declaração de Lula comparando o genocídio dos palestinos ao Holocausto nem a mobilização para o ato de Bolsonaro no domingo. O campo evangélico debateu exaustivamente na semana passada a farsa "Evangelho de Fariseus", da cantora parense Aymêe Rocha. Em uma semana, ela passou de a zero a quase 2 milhões de seguidores no Instagram ao participar do reality gospel O Dom.

O debate sobre "Evangelho de Fariseus" implodiu fronteiras no campo evangélico. Entre os que aplaudiram a música estavam a ex-ministra Daiane Alves, que defendeu que meninas usam rosa e meninos, azul, e a pastora Lúcia Holder, líder de uma igreja para evangélicos LGBT, o pastor bolsonarista André Valério e o assembleiano Nilson Gomes, perseguido por criticar a bolsonarização das igrejas.

Aymêe fez uma canção sobre o descaso das igrejas em relação a temas como entrecruizamento de pastores, exploração sexual de crianças e destruição da Amazônia. Em um trecho, diz: "A Amazônia que eu vi, uma criança morre, os animais são superaquecidos pelo ego dos irmãos".

As principais críticas a "Evangelho de Fariseus" foram que ela defende pautas progressistas e expõe toda a comunidade evangélica sem distinção, fornecendo munição para aqueles que já nutrem antipatia pelos evangélicos atacarem sua fé. Apesar disso, quase todos os evangélicos politicamente à esquerda que consultei estavam desconfiados, sem querer se manifestar sobre a música. "Se tem a bandeira do Brasil no Instagram dela", me escreveu um, notando que há foto recente dela com o pastor Lucas Hayashi, da Zion Church, apoiador de Bolsonaro.

No dia da apresentação que mudou sua vida, Aymêe vestia uma bata com o desenho e as cores da bandeira do Brasil. "Graças a Deus ela estava com a bandeira na apresentação!", analisou o pastor Kaki Meneses, da Rede-Santidade. Para ele, muitos evangélicos se desamaram para escutar a música por causa da bandeira. Aymêe parece não estar preocupada com a repercussão. Ela escreveu, comentando sua música, que não faz "entretenimento gospel". Foi chamada para cantar o amor e a indignação de Cristo. Muitos fiéis concordam, entendendo que ela foi um instrumento de Deus para transmitir uma mensagem profética aos cristãos, criticando o interesse de igrejas por assuntos mundanos. E celebraram o lançamento do MP3 e o gospel pode "furar a bolha" e levar o evangelho a audiências novas.

Apesar da exposição e da torcida, Aymêe não venceu o reality. E agora ela tem pela frente o desafio de resistir ao assédio de igrejas para incorporá-la ao establishment que sua música aqui no Brasil representa. spyer@uol.com.br